

## A liberdade de planejamento familiar como legítima ferramenta da sociedade na tutela preventiva dos direitos infanto-juvenis

por **Ricardo de Moraes Cabezon**

*Presidente da Comissão de Direitos da Criança e Adolescente da OAB/SP*

**N**a árdua luta pelos interesses e direitos da criança e adolescente se torna cada vez mais dificultosa a tarefa de elegermos qual seria a pior violação às garantias protetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente que neste ano completou 17 anos de existência junto a sociedade.

São incontáveis os absurdos ocorridos, passando incólumes diariamente pelo conveniente olhar despercebido das autoridades como os reiterados casos de ineficiência da saúde, educação e segurança pública; os desvios de recursos orçamentários; a banalização da violência e a proliferação dos casos de prostituição infanto-juvenil (mais de 500 mil, segundo dados da UNESCO) dentre outros do gênero.

Entretanto, o que mais nos chama atenção é o dado revelador de que as piores atrocidades estão sendo protagonizadas no seio das próprias famílias, as quais, negando o papel paradigmático e milenar de garantidoras do esteio educacional, moral e ético junto aos seus filhos, acabam por implementar atos violadores de direitos como nunca se viu sob a forma de abandono, violência, abusos, maus tratos e exploração: uma verdadeira degradação de valores.

Se for verdade o ditado que afirma serem as crianças de hoje o futuro do amanhã é imprescindível repensar nossas atitudes e não apenas culpamos o Estado, o vizinho ou mesmo a sociedade, pois estamos fadados a descortinar um futuro deveras preocupante por culpa de nossa própria inércia.

No Brasil não há qualquer intervenção do Estado com relação ao planejamento familiar, até mesmo por vedação legal que coíbe o controle de natalidade. Há, portanto um respeito ao direito do cidadão em decidir como planejar sua descendência.

Segundo dados obtidos na pesquisa revelada pela Professora Dra. Albertina Duarte, Chefe do Setor de Ginecologia do Hospital das Clínicas de São Paulo 4 milhões de crianças nascem com vida anualmente no Brasil. Um montante elevadíssimo se imaginarmos milhares de estádios de futebol lotados de nascituros, lado a lado, vulneráveis e carentes de auxílio externo para sua correta formação e sobrevivência.

Por outro lado temos que a explosão da natalidade surge proporcionalmente acompanhada de problemas como a falta de estrutura do Estado em recepcionar o contingente de nascituros; o aumento significativo de crianças disponíveis para adoção em razão de abandono, orfandade ou maus tratos de seus pais; a elevação do número de casos de tráfico internacional de crianças e de adolescentes; o aluguel de recém-nascidos para valorizar o apelo na mendicância nos faróis; além do crescente índice de marginalidade estigmatizante presenciados diuturnamente pela sociedade nos faróis, calçadas, ruas e praças.

Nesse sentido vemos que a reflexão quando da decisão de adotar uma vida sexual ativa e de se preparar para seus eventuais desdobramentos assim como a escolha em ter ou não um filho está revelando uma desídia da população, sobretudo com o fruto de seus atos: a paternidade/ maternidade irresponsável.

Educar uma criança não é uma tarefa qualquer. Ela transcende a alfabetização, o ensinar a falar e andar: ela nasce do preparo às eventuais perguntas inusitadas, da necessidade em estar presente, do estabelecimento de diálogo e da permanente vigilância dos atos daqueles que são referenciais à criança (seus pais!) que nem sempre se conscientizam de seus desatinos e vícios ao assumirem tais responsabilidades, pois também são oriundos de educações questionáveis com históricos de “psico-tapas”, castigos e muito uso de repressão e achismos, valorizando o processo final: “respeito por medo” e não o diálogo maduro que permeia a salutar relação paterna-materna-filial.

Pensemos nesta dura realidade contemporânea e procuremos do nexos causal estabelecido implementarmos ações concretas dentro de nossas próprias casas, ruas, escolas, trabalhos e comunidades que visem valorizar o debate e a reflexão sobre as responsabilidades que advêm de atos inconseqüentes de uma vida sexual desregrada e impulsiva.

Somente assim, unidos em torno de um ideal maior e sopesando nossas atitudes, poderemos protagonizar a mudança desta triste realidade instaurada em nosso país em prol de um futuro harmonioso dotado de uma sadia qualidade de vida e de oportunidades de crescimento a todos.